

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - PR

Termo de Referência 41/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2026	987623-PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - PR	ALINE DE ARRUDA BORGES CARVALHO	18/03/2026 09:20 (v 0.5)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		6756/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com tecnologia inverter, destinados à climatização de ambientes das unidades escolares, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ivaiporã.
- 1.2. Registra-se que procedimento licitatório anterior restou parcialmente deserto quanto a determinados itens, não havendo apresentação de propostas válidas para sua contratação. Ademais, em razão de novo levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Educação, verificou-se que as especificações anteriormente definidas não atendem integralmente às necessidades atuais da Administração, sendo identificada a demanda por equipamentos com maior capacidade de climatização, em relação aos constantes no edital anterior, a fim de garantir eficiência no atendimento dos ambientes contemplados.
- 1.3. A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4. Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, em linha de produção do fabricante, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.5. A contratação visa suprir a necessidade de climatização de ambientes escolares e administrativos, bem como substituir equipamentos obsoletos, ineficientes ou em final de vida útil, garantindo melhores condições de conforto térmico, saúde e bem-estar aos usuários dos espaços públicos.
- 1.6. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 1.7. As quantidades estimadas e especificações resumidas dos equipamentos encontram-se apresentadas na Tabela 1 – Itens da Contratação, constante neste Termo de Referência, enquanto as especificações técnicas detalhadas constam em item próprio deste documento.

TABELA 1- ITENS DA CONTRATAÇÃO

ÍTEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	QTDD
1	Aparelho de AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL- 9.000 BTU'S - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-wall, com capacidade nominal de 9.000 BTU's, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, com no mínimo 03(três) velocidades de ventilação ou superior, destinado a climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir: Classificação energética mínima"A", conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) do INMETRO; Baixo nível de ruído operacional; Display digital; Controle remoto sem fio(acompanhado de pilhas); Função Timer(liga/desliga programável); Filtro de ar removível e lavável, sistema de proteção anti-corrosão; Utilização de gás refrigerante ecológico, que não agrida camada de ozônio, preferencialmente R32 ou R410A, ou equivalente ambientalmente adequado; alimentação elétrica 220V; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original do fabricante e acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	unidade	65
2	Aparelho de AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL- 12.000.000 BTU'S - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-wall, com capacidade nominal de 12.000 BTU's, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, com no mínimo 03(três) velocidades de ventilação ou superior, destinado a climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir: Classificação energética mínima"A", conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) do INMETRO; Baixo nível de ruído operacional; Display digital; Controle remoto sem fio (acompanhado de pilhas); Função Timer(liga/desliga programável); Filtro de ar removível e lavável, sistema de proteção anti-corrosão; Utilização de gás refrigerante ecológico, que não agrida camada de ozônio, preferencialmente R32 ou R410A, ou equivalente ambientalmente adequado; alimentação elétrica 220V; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original do fabricante e acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	unidade	45
3	Aparelho de AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL- 18.000.000 BTU'S - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-wall, com capacidade nominal de 18.000 BTU's, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, com no mínimo 03(três) velocidades de ventilação ou superior, destinado a climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir: Classificação energética mínima"A", conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) do INMETRO; Baixo nível de ruído operacional; Display digital; Controle remoto sem fio (acompanhado de pilhas); Função Timer(liga/desliga programável); Filtro de ar removível e lavável, sistema de proteção anti-corrosão; Utilização de gás refrigerante ecológico, que não agrida camada de ozônio, preferencialmente R32 ou R410A, ou equivalente ambientalmente adequado; alimentação elétrica 220V; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original do fabricante e acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	unidade	35
	Aparelho de AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL- 24.000.000 BTU'S - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-wall, com capacidade nominal de 24.000 BTU's, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, com no mínimo 03(três) velocidades de ventilação ou superior, destinado a climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir: Classificação energética mínima"A", conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) do INMETRO; Baixo nível de ruído operacional; Display digital; Controle remoto sem fio (acompanhado de pilhas); Função Timer(liga/desliga programável);		

4	Filtro de ar removível e lavável, sistema de proteção anti-corrosão; Utilização de gás refrigerante ecológico, que não agrida camada de ozônio, preferencialmente R32 ou R410A, ou equivalente ambientalmente adequado; alimentação elétrica 220V; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original do fabricantes e acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	unidade	25
5	Aparelho de AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL- 30.000.000 BTU'S - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-wall, com capacidade nominal de 30.000 BTU's, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, com no mínimo 03(três) velocidades de ventilação ou superior, destinado a climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir: Classificação energética mínima "A", conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) do INMETRO; Baixo nível de ruído operacional; Display digital; Controle remoto sem fio (acompanhado de pilhas); Função Timer(liga/desliga programável); Filtro de ar removível e lavável, sistema de proteção anti-corrosão; Utilização de gás refrigerante ecológico, que não agrida camada de ozônio, preferencialmente R32 ou R410A, ou equivalente ambientalmente adequado; alimentação elétrica 220V; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original do fabricantes e acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	unidade	15
6	Aparelho de AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL- 36.000.000 BTU'S - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-wall, com capacidade nominal de 36.000 BTU's, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, com no mínimo 03(três) velocidades de ventilação ou superior, destinado a climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir: Classificação energética mínima "A", conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) do INMETRO; Baixo nível de ruído operacional; Display digital; Controle remoto sem fio (acompanhado de pilhas); Função Timer(liga/desliga programável); Filtro de ar removível e lavável, sistema de proteção anti-corrosão; Utilização de gás refrigerante ecológico, que não agrida camada de ozônio, preferencialmente R32 ou R410A, ou equivalente ambientalmente adequado; alimentação elétrica 220V; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original do fabricantes e acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	unidade	5
7	Aparelho de AR-CONDICIONADO SPLIT HI-WALL- 60.000.000 BTU'S - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-wall, com capacidade nominal de 60.000 BTU's, tecnologia Inverter, ciclo quente e frio, com no mínimo 03(três) velocidades de ventilação ou superior, destinado a climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir: Classificação energética mínima "A", conforme Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) do INMETRO; Baixo nível de ruído operacional; Display digital; Controle remoto sem fio (acompanhado de pilhas); Função Timer(liga/desliga programável); Filtro de ar removível e lavável, sistema de proteção anti-corrosão; Utilização de gás refrigerante ecológico, que não agrida camada de ozônio, preferencialmente R32 ou R410A, ou equivalente ambientalmente adequado; alimentação elétrica 220V; Manual de instruções em língua portuguesa. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, acondicionado em embalagem original do fabricantes e acompanhado de todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	unidade	5

1.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, ficando facultada a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de **climatização adequada dos ambientes das unidades escolares, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e setores administrativos da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ivaiporã**, garantindo melhores condições de conforto térmico para alunos, professores, servidores e demais usuários dos espaços públicos.

2.2. A aquisição dos aparelhos de ar-condicionado visa **suprir a carência de equipamentos em determinados ambientes**, bem como **substituir aparelhos antigos, ineficientes ou em final de vida útil**, que já não apresentam desempenho adequado ou geram custos elevados de manutenção.

2.3. A climatização adequada dos ambientes escolares e administrativos contribui diretamente para a **melhoria das condições de ensino e trabalho**, favorecendo o desempenho das atividades pedagógicas e administrativas, além de promover melhores condições de saúde e bem-estar para os usuários das instalações.

2.4. A contratação encontra-se fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, elaborado pela unidade demandante, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis para atendimento da demanda, sendo identificada a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado como a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico**.

2.5. A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade adequada para aquisição de **bens comuns**, cujas especificações podem ser definidas de forma objetiva no edital, conforme previsto na legislação vigente.

2.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita que as aquisições sejam realizadas **de forma parcelada e conforme a necessidade da Administração**, permitindo maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos e evitando aquisições desnecessárias ou formação de estoque excessivo de equipamentos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta consiste na **aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo Split Hi-Wall**, com tecnologia inverter e diferentes capacidades de refrigeração, destinados à climatização de ambientes das unidades escolares, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e setores administrativos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Ivaiporã.

3.2. A contratação contempla o **fornecimento de equipamentos novos, de primeiro uso, em linha de produção do fabricante**, devidamente embalados e acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, além de manual de instruções em língua portuguesa.

3.3. Os equipamentos deverão apresentar **características técnicas que assegurem eficiência energética, desempenho adequado e durabilidade**, considerando todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até sua utilização e eventual descarte ao final da vida útil.

3.4. Nesse sentido, deverão ser observados critérios de **eficiência energética, sustentabilidade e desempenho operacional**, tais como:

- tecnologia **Inverter**, que proporciona maior eficiência no consumo de energia elétrica;

- **classificação energética mínima “A”, conforme a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) do INMETRO;**
- utilização de **gases refrigerantes ecológicos**, que não prejudiquem a camada de ozônio, preferencialmente R-410A, R-32 ou equivalente ambientalmente adequado;
- baixo nível de ruído operacional;
- filtros de ar removíveis e laváveis;
- proteção anticorrosão e demais características que contribuam para maior vida útil do equipamento.

3.5. As especificações técnicas detalhadas dos equipamentos, incluindo capacidades de refrigeração, características operacionais e demais requisitos mínimos de qualidade, encontram-se descritas nos itens específicos deste Termo de Referência.

3.6. Durante o ciclo de vida dos equipamentos, deverão ser observadas boas práticas de utilização e manutenção, de modo a garantir o adequado funcionamento, eficiência energética e prolongamento da vida útil dos aparelhos.

3.7. Ao final da vida útil dos equipamentos, deverão ser observadas as normas ambientais vigentes quanto à **destinação ambientalmente adequada de equipamentos eletroeletrônicos**, contribuindo para a redução de impactos ambientais decorrentes do descarte inadequado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação refere-se à aquisição de **aparelhos de ar-condicionado do tipo Split Hi-Wall**, destinados à climatização de ambientes escolares e administrativos vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Ivaiporã, devendo os equipamentos atender aos requisitos técnicos, operacionais, de desempenho e sustentabilidade estabelecidos neste Termo de Referência.

4.2. Os equipamentos fornecidos deverão ser **novos, de primeiro uso, em linha de produção do fabricante**, não sendo admitidos produtos reconicionados, remanufaturados ou provenientes de mostruário, devendo ainda estar acompanhados de todos os componentes, acessórios e manuais necessários ao seu adequado funcionamento.

4.3. Os equipamentos deverão atender às **normas técnicas e regulamentações aplicáveis no território nacional**, especialmente aquelas relacionadas à eficiência energética, segurança e qualidade de equipamentos eletroeletrônicos, observando as certificações e exigências estabelecidas pelo INMETRO e demais órgãos competentes.

4.4. Com vistas à promoção da eficiência energética e da sustentabilidade ambiental, os aparelhos deverão possuir **classificação energética mínima “A”, conforme a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE do INMETRO**, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica e para o uso racional dos recursos públicos.

4.5. Os equipamentos deverão possuir **tecnologia inverter ou superior**, característica que proporciona maior eficiência energética, melhor desempenho operacional, menor variação térmica e redução do nível de ruído durante o funcionamento.

4.6. Os aparelhos deverão operar em **ciclo quente e frio**, possibilitando sua utilização em diferentes condições climáticas e garantindo maior versatilidade na climatização dos ambientes.

4.7. Os equipamentos deverão utilizar **gás refrigerante ecológico**, que não agrida a camada de ozônio e apresente menor impacto ambiental, preferencialmente dos tipos **R-32, R-410A ou equivalente ambientalmente adequado**, observando-se as normas ambientais vigentes.

- 4.8. Os aparelhos deverão possuir **baixo nível de ruído operacional**, controle remoto sem fio, função de programação de funcionamento (timer), filtro de ar removível e lavável, além de sistema de proteção anticorrosão ou tecnologia equivalente que contribua para maior durabilidade do equipamento.
- 4.9. Os equipamentos deverão ser entregues **devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante**, garantindo a integridade do produto durante o transporte e armazenamento até sua entrega nas unidades indicadas pela Administração.
- 4.10. O fornecedor deverá assegurar **garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**, contados a partir do recebimento definitivo do equipamento, responsabilizando-se pela substituição ou reparo de eventuais falhas apresentadas nesse período.
- 4.11. Durante a execução contratual deverão ser observados os princípios da **eficiência, economicidade, sustentabilidade e durabilidade**, considerando o ciclo de vida do objeto e a necessidade de assegurar o adequado desempenho dos equipamentos ao longo de sua utilização pela Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos equipamentos será de **até 15 (quinze) dias corridos**, contados a partir da emissão da **requisição formal de fornecimento** ou instrumento equivalente expedido pela Administração.
- 5.2. O fornecimento dos equipamentos ocorrerá **de forma parcelada**, conforme a necessidade da Administração e os quantitativos indicados em cada requisição emitida pelas unidades administrativas demandantes.
- 5.3. Caso o fornecedor verifique a impossibilidade de cumprir o prazo de entrega estabelecido, deverá comunicar formalmente à Administração, apresentando as devidas justificativas **com antecedência mínima de 5 (cinco) dias**, para análise quanto à eventual prorrogação do prazo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.
- 5.4. Os equipamentos deverão ser entregues nos endereços indicados pela Administração no momento da emissão da requisição, podendo corresponder às seguintes unidades administrativas localizadas no Município de Ivaiporã – PR:

	Local	Endereços
1	CMEI ANTONIO CARLOS COSTA	Rua Alfenas, 50 - Jardim Ouro Preto
2	CMEI BOM JESUS	Rua Alvorada, 130
3	CMEI EMILIA KURODA	Rua Brasília, 07
4	CMEI JOSE FIORIM	Rua Uberlândia, 100 - Jardim Esperança
5	CMEI MARIA BURATTO	Rua Beija Flor s/n - Alto Porã
6	CMEI NOSSA SENHORA APARECIDA	Rua Anhanguera Chácara nº 5 - Jardim Ouro Preto
7	CMEI NOSSA SENHORA LOURDES	Rua São José, 11 – Jacutinga

8	CMEI ODETE BRASIL	Rua Colibri, 30 - Vila Noa Porã
9	CMEI PAULO FREIRE	Av. São Paulo, 122 – Centro
10	CMEI SANTA TEREZINHA	Rua Sertaneja s/n - Vila Santa Terezinha
11	ESCOLA MUNICIPAL JOSE APARECIDO PERES	Rua Beija Flor s/n - Alto Porã
12	ESCOLA MUNICIPAL BENTO VIANA	Rua Bela Vista s/n - Vila Nova Porã
13	ESCOLA MUNICIPAL CARLOS LACERDA	Rua Aramis Athaide s/n
15	ESCOLA MUNICIPAL IGNEZ DE SOUZA CAETANO	Rua Rui Barbosa, 25 - Vila João XXIII
16	ESCOLA MUNICIPAL IVAIPORÃ	Rua Jaguapitã, 255 – Centro
17	ESCOLA MUNICIPAL JACUTINGA	Rua Mauá, 25 – Jacutinga
18	ESCOLA MUNICIPAL LEILA DINIZ	Rua Tamandaré s/n - Jardim Aeroporto
19	ESCOLA MUNICIPAL MARIA DIVA	Rua Bahia, 54 - Vila Santa Maria
20	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Av Aparicio C Bitencourt, 365 - Centro
21	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Rua Rio Grande do Norte,1000 - Centro
22	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	Rua Olavo Bilac, sn, Patio de Maquinas - Vila Nova

5.5. Os equipamentos deverão ser entregues **devidamente embalados, acondicionados e identificados**, garantindo a integridade dos produtos durante o transporte até o local de destino.

5.6. O recebimento dos equipamentos ocorrerá em duas etapas, nos termos da legislação aplicável:

I – **Recebimento provisório**, no momento da entrega, para conferência da quantidade e verificação inicial da integridade dos produtos;

II – **Recebimento definitivo**, após verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

5.7. Os equipamentos entregues deverão ser **novos, de primeiro uso, e atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência**, não sendo admitidos produtos que apresentem divergência em relação às características exigidas.

5.8. Os horários para realização das entregas serão:

- **Período da manhã:** das 07h30 às 11h30
- **Período da tarde:** das 13h30 às 17h00

- 5.9. Os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação**, contados a partir da data do recebimento definitivo.
- 5.10. Entende-se por **manutenção corretiva** aquela destinada a corrigir defeitos apresentados pelos equipamentos durante o período de garantia, compreendendo a substituição de peças, realização de ajustes, reparos e demais intervenções necessárias ao restabelecimento do funcionamento adequado.
- 5.11. As peças ou componentes que apresentarem vício ou defeito durante o período de garantia deverão ser substituídos por **peças novas, originais ou equivalentes, de primeiro uso**, que mantenham os padrões de qualidade e desempenho do equipamento.
- 5.12. Após notificação formal da Administração, o fornecedor deverá realizar o **reparo ou substituição do equipamento defeituoso no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da retirada do equipamento das dependências da Administração ou da comunicação formal da ocorrência.
- 5.13. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado **uma única vez**, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada do fornecedor, a ser analisada pela Administração.
- 5.14. Todos os **custos relacionados ao transporte, retirada, reparo ou substituição dos equipamentos durante o período de garantia serão de responsabilidade do fornecedor**, sem qualquer ônus para a Administração.
- 5.15. A garantia legal ou contratual dos equipamentos possui **prazo de vigência próprio e independente da vigência do contrato**, permanecendo válida mesmo após o término da vigência contratual, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual, observando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado pelo tempo correspondente, mediante registro formal no processo administrativo.
- 6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais para esse fim.
- 6.4. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada sempre que necessário para tratar de assuntos relacionados à execução contratual ou para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre a Administração e a contratada para alinhamento das condições de execução do objeto, esclarecimento das obrigações contratuais, apresentação dos responsáveis pela fiscalização e definição dos procedimentos de acompanhamento da execução contratual.

Fiscalização do Contrato

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, que atuará como **Fiscal do Contrato**, nos termos da legislação vigente.
- 6.7. Compete ao Fiscal do Contrato:
- I – acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
 - II – registrar no processo administrativo todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive eventuais irregularidades verificadas;
 - III – notificar a contratada para correção de falhas, defeitos ou descumprimentos contratuais, estabelecendo prazo para regularização;

IV – comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências administrativas ou aplicação de medidas que extrapolem sua competência;

V – atestar o recebimento dos equipamentos fornecidos, verificando sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

6.8. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do contrato, inclusive perante terceiros, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento da execução contratual em nível gerencial, competindo-lhe:

- I – coordenar as atividades relacionadas ao acompanhamento e fiscalização do contrato;
- II – analisar os registros e ocorrências informadas pelo fiscal do contrato;
- III – adotar as providências necessárias para solução de problemas identificados na execução contratual;
- IV – encaminhar as medidas necessárias à formalização de aditivos, apostilamentos ou demais ajustes contratuais;
- V – promover a abertura de processo administrativo para aplicação de sanções, quando constatado descumprimento contratual.

6.10. Ao final da execução contratual, o gestor deverá elaborar **relatório final de execução do contrato**, contendo avaliação sobre o cumprimento das obrigações contratuais e eventuais recomendações para aprimoramento das futuras contratações da Administração.

Responsáveis pela Gestão e Fiscalização

Fiscal do contrato:
MARILEIA DIAS DOS SANTOS LIMA
Gestor do Contrato:
GIOVANA CAROLINA PATROCINIO DOS SANTOS MONTEIRO

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos do **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**, o contratado que:

- I – der causa à inexecução parcial do contrato;
- II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – der causa à inexecução total do contrato;
- IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII – praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846/2013**.

7.2 Sanções Aplicáveis

7.2. Nos termos do **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, poderão ser aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I – **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – **Multa**, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência;

III – **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo máximo previsto em lei;

IV – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, nas hipóteses mais graves previstas na legislação.

7.3 Multas

7.3. Poderá ser aplicada **multa moratória** em caso de atraso injustificado na execução ou entrega do objeto, correspondente a até **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, limitada a **10% (dez por cento) do valor da parcela ou item em atraso**.

7.4. Em caso de **inexecução total ou parcial do contrato**, poderá ser aplicada **multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato**, conforme a gravidade da infração.

7.5. As multas poderão ser aplicadas **cumulativamente com outras sanções administrativas**, conforme previsto na legislação.

7.4 Processo Administrativo

7.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência será precedida de **processo administrativo**, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao contratado, nos termos do **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**.

7.7. O contratado será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da ciência da infração.

7.5 Critérios para Aplicação das Sanções

7.8. Na aplicação das sanções administrativas serão considerados, nos termos do **art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021**:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as circunstâncias do caso concreto;

III – os danos que dela provierem para a Administração;

IV – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

V – a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade na empresa.

7.6 Outras Disposições

7.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência **não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração**.

7.10. As sanções de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade poderão ser objeto de **reabilitação**, nos termos do **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5(cinco)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15(quinze)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 **(dez)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de , na modalidade LICITAÇÃO PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo pelo, sob a forma ELETRÔNICA Sistema de Registro de Preços MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. A aquisição e o fornecimento dos itens serão formalizados mediante a emissão de Ordens de Compra (ou instrumento equivalente), dentro da vigência da Ata de Registro de Preços, e o/Fornecimento específicas fornecedor só estará obrigado ao fornecimento após o recebimento deste instrumento convocatório.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.3.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.3.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.3.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.8. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.3.9. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.11. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.12. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.3.13. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.14. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 994.097,20 (novecentos e noventa e quatro mil, noventa e sete reais e vinte centavos)**, conforme levantamento de preços realizado pela Secretária de Educação, constante no **Mapa de Pesquisa de Preços** que integra o processo administrativo.

10.2. A estimativa foi elaborada com base em **pesquisa de preços realizada no mercado**, observando-se os parâmetros previstos na **Lei nº 14.133 de 2021**, considerando valores praticados por fornecedores do ramo e outras contratações públicas similares.

10.3. Os **preços unitários estimados** encontram-se detalhados em planilha anexa ao presente Termo de Referência, a qual compõe o processo administrativo da contratação.

10.4. No caso de realização da licitação por **Sistema de Registro de Preços**, a Administração não ficará obrigada a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, podendo realizar as aquisições de forma parcelada, conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

Atualização dos Preços

10.5. Os preços registrados poderão ser **revistos ou atualizados**, mediante solicitação devidamente justificada e comprovada, nos termos do **art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, nas seguintes hipóteses:

I – ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe;

II – ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a execução contratual nas condições inicialmente pactuadas;

III – criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão nos preços contratados.

10.6. O reajuste dos preços observará a **periodicidade mínima de 12 (doze) meses**, contados da data da apresentação da proposta ou do orçamento estimado pela Administração, conforme estabelecido na legislação vigente.

10.7. As condições específicas relativas à vigência da ata de registro de preços, reajuste e eventual revisão contratual serão detalhadas no instrumento convocatório e no contrato ou instrumento equivalente.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ivaiporã, conforme dotações orçamentárias próprias das unidades administrativas demandantes.

11.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:

I – Gestão/Unidade:

- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
- Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças
- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal de Educação

II – Fonte de Recursos:

- 1511, 1001, 1510
- 1001
- 1001
- 1028

III – Elementos de Despesa:

360- 08.001.20.608.0031.2050.4.4.9052.00.00

372-08.002.20.606.0033.2150.4.4.9052.00.00

385-08.003.20.608.0031.2055.4.4.9052.00.00

698-13.001.04.123.0005.2118.4.4.9052.00.00

687-13.001.04.122.0004.2125.4.4.9052.00.00

691- 13.001.04.122.0004.2125.4.4.9052.00.00

687-13.001.04.122.0004.2125.4.4.9052.00.00

708-13.004.04.123.0005.2119.4.4.9052.00.00

708-13.004.04.123.0005.2119.4.4.9052.00.00

645-12.001.04.122.0004.2099.4.4.9052.00.00

50-04.001.12.361.0017.2009.4.4.90.52.00.00

61-04.006.12.361.0017.2012.4.4.90.52.00.00

77-04.006.12.365.0019.2018.4.4.90.52.00.00

11.3. Caso a execução da contratação ultrapasse o exercício financeiro vigente, as despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta das dotações orçamentárias próprias que vierem a ser consignadas nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, condicionadas à aprovação da LOA e à disponibilidade de créditos orçamentários, podendo ser formalizadas mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico Preliminar – ETP, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.2. Este Termo de Referência constitui documento integrante do processo administrativo de contratação e servirá de base para a elaboração do edital de licitação, bem como para a formalização do contrato ou instrumento equivalente.

12.3. A participação na licitação implica a **plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência**, bem como das demais disposições constantes no edital e seus anexos.

12.4. Os casos omissos ou situações não previstas neste documento serão analisados e decididos pela Administração, observando-se a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

12.5. Integram o presente Termo de Referência, para todos os efeitos, os documentos constantes no processo administrativo, especialmente o **Estudo Técnico Preliminar, a pesquisa de preços e os demais documentos que fundamentaram a presente contratação**.

13. Responsáveis pela elaboração do Termo de Referência

Aline de A. B. Carvalho

Auxiliar Administrativo

Giovana Carolina P. S Monteiro
Secretaria Municipal de Educação
Agente de contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **até 5 (cinco) dias corridos**, contados da convocação pela Administração, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (nota de empenho, ordem de fornecimento ou instrumento similar), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação.

1.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

I – o referido instrumento substitui o termo de contrato, aplicando-se integralmente as disposições da **Lei nº 14.133 /2021**;

II – o contratado se vincula à sua proposta, ao edital, ao Termo de Referência e aos demais anexos que integram o processo licitatório.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será aquele estabelecido no Termo de Referência, observando-se o disposto no **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.

2.2. Caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente previsto, poderá haver prorrogação da vigência, mediante justificativa e formalização nos autos do processo administrativo.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- I – exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado;
- II – receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III – notificar o contratado sobre eventuais vícios, defeitos ou irregularidades verificadas na execução do objeto;
- IV – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- V – efetuar o pagamento ao contratado no prazo e condições estabelecidas;
- VI – aplicar as sanções previstas na legislação e neste Termo de Referência;
- VII – decidir sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual.

3.2. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O contratado deverá cumprir todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto.

4.2. São obrigações do contratado:

- I – entregar os equipamentos conforme as especificações do Termo de Referência;
- II – responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**;
- III – comunicar à Administração eventuais impedimentos à execução contratual;
- IV – atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato;
- V – reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os bens que apresentarem defeitos;
- VI – responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros;
- VII – manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação;
- VIII – cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- IX – não permitir a utilização de trabalho de menores em desacordo com a legislação vigente.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação poderá ser extinta nas hipóteses previstas no **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2. A extinção poderá ocorrer:

I – por ato unilateral da Administração;

II – por acordo entre as partes;

III – por decisão judicial;

IV – por outros motivos previstos na legislação aplicável.

5.3. Aplicam-se, no que couber, os **arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021**.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pela Administração com base nas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, aplicando-se subsidiariamente as normas do **Código de Defesa do Consumidor** e os princípios gerais do direito administrativo.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais observarão o disposto nos **arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021**.

7.2. O contratado será obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até **25% do valor inicial atualizado do contrato**, nos termos da legislação.

7.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo nos casos de apostilamento previstos na legislação.

8. FORO

8.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Ivaiporã – Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução da contratação que não puderem ser resolvidas administrativamente.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador(a) do CPF nº _____, declara que:

I – está **ciente e de acordo com todas as condições, cláusulas e obrigações** previstas no **Edital/Aviso de Contratação Direta nº /20**, no **Termo de Referência** e em todos os demais documentos que integram o processo de contratação;

II – compromete-se a **cumprir integralmente as disposições constantes nos referidos documentos**, caso venha a ser contratada pela Administração;

III – declara que **todas as informações e documentos apresentados durante o processo de contratação são verdadeiros**, responsabilizando-se civil, administrativa e penalmente por sua veracidade;

IV – reconhece que o descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das **sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos demais instrumentos da contratação.**

E, por ser expressão da verdade, firma o presente Termo de Ciência e Concordância.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro que o Estudo Técnico Preliminar foi elaborado conforme a Lei nº 14.133/2021, atendendo à necessidade administrativa. Encaminhe-se para análise e prosseguimento do processo.

ALINE DE ARRUDA BORGES CARVALHO

Auxiliar Administrativo

Despacho: Recebo e aprovo o Termo de Referência, por atender às disposições da Lei nº 14.133/2021 e à necessidade administrativa, autorizando o prosseguimento do processo licitatório.

GIOVANA CAROLINA PATROCINIO DOS SANTOS MONTEIRO

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MAPA COMPARATIVO.pdf (510.66 KB)